



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2021

ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstrac�o dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 � 15



BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa		-	364.418,07
Adiantamentos a Empregados		-	13.978,81
Adiantamentos para Despesas		13,30	500,00
Créditos com Contrato de Gestão	4	3.411.456,43	1.990.899,08
Prêmios de Seguros a Vencer		-	3.324,36
		3.411.469,73	2.373.120,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	4.229,13	4.861,31
Intangível	6	5.117,57	6.667,97
		9.346,70	11.529,28
TOTAL DO ATIVO		3.420.816,43	2.384.649,50
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		-	316.034,36
Obrigações Trabalhistas		-	803.771,89
Obrigações Sociais e Fiscais	7	35.837,62	370.193,27
Contas a Pagar		-	20.898,20
Provisões para Férias e Encargos		-	2.150.372,22
Provisões para Contingências	8	230.843,50	-
		266.681,12	3.661.269,94
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para Contingências	8	-	230.843,50
Bens Públicos em nosso poder	9	9.346,70	11.529,28
		9.346,70	242.372,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		(1.518.993,22)	266.085,76
Déficits / Superávits dos Exercícios		4.663.781,83	(1.785.078,98)
Transferências Patrimoniais		-	-
		3.144.788,61	(1.518.993,22)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.420.816,43	2.384.649,50

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)

	Notas	2021	2020
RECEITAS LÍQUIDAS	10	9.136.556,39	15.454.612,55
Contrato de Gestão e Convênios	11	9.134.373,81	15.458.567,68
Realização de Bens Públicos em nosso poder		2.182,58	4.228,97
(-) Repasse Destinado à Aquis. do Imobilizado		-	(8.184,10)
CUSTOS		(3.544.920,54)	(16.847.218,99)
Pessoal e Reflexo	13	(3.788.123,02)	(14.848.838,44)
Serviços Terceirizados	14	246.272,61	(1.980.230,22)
Materiais de Consumo		(3.070,13)	(18.150,33)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	18	(614.202,85)	(2.798.015,06)
(-) Isenção da CPP Usufruída	18	614.202,85	2.798.015,06
(=) RESULTADO BRUTO		5.591.635,85	(1.392.606,44)
DESPESAS		(934.677,62)	(456.804,90)
Impostos, Taxas e Contribuições		(164.011,93)	(7.269,46)
Despesas Gerais	15	(770.655,69)	(167.023,22)
Provisão para Devedores Duvidosos		-	(282.512,22)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		7.603,37	96.920,24
Receitas com Doações		-	4.757,70
Outras Receitas		7.603,37	92.162,54
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		4.664.561,60	(1.752.491,10)
RESULTADO FINANCEIRO	12	(779,77)	(32.587,88)
Receitas Financeiras		1.847,13	3.602,61
(-) Despesas Financeiras		(2.626,90)	(36.190,49)
DÉFICITS / SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS		4.663.781,83	(1.785.078,98)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.377.484,32)	1.644.848,73	(1.278,65)	266.085,76
Incorporação do Superávit/Déficit	1.644.848,73	(1.644.848,73)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(1.278,65)	-	1.278,65	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(1.785.078,98)	-	(1.785.078,98)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	266.085,76	(1.785.078,98)	-	(1.518.993,22)
Incorporação do Superávit/Déficit	(1.785.078,98)	1.785.078,98	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	4.663.781,83	-	4.663.781,83
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.518.993,22)	4.663.781,83	-	3.144.788,61

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	4.663.781,83	(1.785.078,98)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	13.978,81	(13.978,81)
Adiantamentos para Despesas	486,70	(39,76)
Créditos com Convênios	(1.420.557,35)	1.897.760,67
Despesas Antecipadas	3.324,26	(1.881,60)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(316.034,36)	(115.221,74)
Obrigações Trabalhistas	(803.771,89)	(97.770,19)
Obrigações Sociais e Fiscais	(334.355,65)	49.121,64
Provisões para Férias e Encargos	(2.150.372,22)	469.231,32
Outras Obrigações	(20.898,20)	(45.417,57)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(364.418,07)	356.724,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	364.418,07	7.693,09
Disponibilidades no Final do Exercício	-	364.418,07
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(364.418,07)	356.724,98

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis




NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

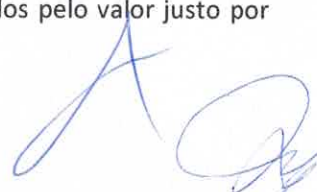
2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020.



3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2021 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por convênio e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CRÉDITOS DE CONTRATO DE GESTÃO

	2021	2020
Contrato de Gestão 053/2018 (Atenção Básica)	5.402.355,51	3.981.798,16
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.990.899,08)	(1.990.899,08)
	3.413.477,43	1.992.919,08

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.

5. **IMOBILIZADO**

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Máquinas e Equipamentos	10%	56.542,21	56.542,21
Equipamentos de Uso Médico	10%	1.583,06	1.583,06
Equipamentos de Informática	20%	2.281,72	2.281,80
Móveis e Utensílios	10%	8.276,75	8.276,75
(-) Depreciação Acumulada		(64.454,61)	(63.822,51)
		4.229,13	4.861,31

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

6. **INTANGÍVEL**

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Direitos de Uso de Sistemas	20%	7.752,57	7.752,57
(-) Amortizações Acumuladas		(2.635,00)	(1.084,60)
		5.117,57	6.667,97

7. **OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

	2021	2020
INSS a Recolher	-	68.913,09
FGTS a Recolher	-	108.468,62
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	-	4.364,41
IRRF a Recolher	35.837,62	188.063,63
CSRF a Recolher	-	383,52
ISS a Recolher	-	-
Empréstimo Consignado Folha a Pagar	-	17.815,78
	35.837,62	388.009,05



8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2021	2020
Provisões para Contingências Trabalhistas	230.843,50	230.843,50
	230.843,50	230.843,50

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 508.877,37, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2021	2020
De natureza Trabalhista	508.877,37	508.877,37
	508.877,37	508.877,37

9. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 9.346,70 em 2021 e R\$ 11.529,28 em 2020, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.



10. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

11. RECEITAS COM CONTRATO DE GESTÃO

	2021	2020
Contrato de Gestão 053/2018 (Atenção Básica)	9.134.373,81	15.458.567,68
	9.134.373,81	15.458.567,68

12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.845,54	3.599,55
Descontos Obtidos	1,59	3,06
(-) Despesas Bancárias	(2.616,76)	(15.688,93)
(-) Juros e Mora Comerciais	(10,14)	(14.653,49)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	-	(5.848,07)
	(779,77)	(32.587,88)

13. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2021	2020
Remunerações	2.596.823,40	12.605.628,57
Benefícios	270.588,46	1.202.009,03
Encargos Sociais	920.711,16	1.041.200,84
	3.788.123,02	14.848.838,44

14. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2021	2020
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	246.272,61	1.980.230,22
	246.272,61	1.980.230,22

15. DESPESAS GERAIS

	2021	2020
Aluguéis de Veículos	7.933,16	-
Aluguéis de Equipamentos	30.616,68	116.453,63
Aluguéis de Imóveis	8.127,50	34.089,12
Administrativas	650.320,42	270,33
Contas de Consumo	2.525,33	6.829,49
Publicidade	0	544,85
Eventos	0	182,70
Bens Não Imobilizado	0	1.191,28
Outras Despesas Gerais	71.142,60	7.461,82
	723.988,35	167.023,22

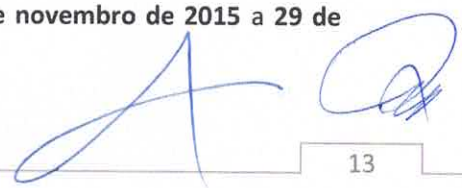
16. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

17. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018**.



Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que:

“§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.”

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária.

18. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 614.202,85 (em 2020 de R\$ 2.798.015,06) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2021	2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(614.202,85)	(2.798.015,06)
	(614.202,85)	(2.798.015,06)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	614.202,85	2.798.015,06
	0,00	0,00

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13.



19. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)**

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Embu das Artes, 31 de dezembro de 2021.



Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3